



**Universidade Federal Da Grande Dourados**  
**Faculdade de Direito e Relações Internacionais**  
**Curso de Relações Internacionais – FADIRI**

**Anthony Nelson Marques Floriano**

**A influência da ONU na elaboração de políticas públicas para redução da  
desigualdade no Brasil.**

**Dourados - MS**

**Fevereiro 2020**

**Anthony Nelson Marques Floriano**

**A influência da ONU na elaboração de políticas públicas para redução da desigualdade no Brasil.**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à banca examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação do Prof. Dr. Hermes Moreira Júnior.

**Dourados - MS**

**Fevereiro 2020**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

F635i Floriano, Anthony Nelson Marques

A influência da ONU na elaboração de políticas públicas para redução da desigualdade no Brasil. [recurso eletrônico] / Anthony Nelson Marques Floriano. -- 2020.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Hermes Moreira Júnior.

TCC (Graduação em Relações Internacionais)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2020.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Desigualdade. 2. ODS. 3. Políticas Públicas. I. Moreira Júnior, Hermes . II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



## ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 20 de fevereiro de 2020, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, o aluno **Anthony Nelson Marques Floriano** tendo como título "**Desigualdade no Brasil e a Influência da ONU nas Elaborações de Políticas de Sustentabilidade, Inclusão e Promoção da Igualdade**".

Constituíram a Banca Examinadora os professores Dr. Hermes Moreira Júnior (orientador), Dr. Douglas Policarpo (examinador) e Me. Gabriel Sandino de Castro (examinador).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado Aprovado.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Assinaturas:

  
**Dr. Hermes Moreira Júnior**  
Orientador

  
**Douglas Policarpo**  
Examinador

  
**Me. Gabriel Sandino de Castro**  
Examinador

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer em especial minha mãe Ednilce que tanto batalhou desde meu nascimento até a conclusão deste ciclo para que eu fosse uma pessoa independente e bem instruída através do poder da educação, este que nos proporciona o conhecimento necessário para que possamos compreender a vida através de uma perspectiva completamente diferente. Sem seus sacrifícios, nada disto seria possível.

Agradeço também em geral a toda minha família pelo apoio recebido, principalmente aos meus pais por proporcionarem condições fundamentais para que eu pudesse me desenvolver intelectualmente a ponto de conseguir ser privilegiado em frequentar uma instituição de ensino superior, fora do meu estado de origem e também por ser o primeiro membro da família a ter a oportunidade de concluir um curso de nível superior.

Agradeço a Universidade Federal da Grande Dourados, e a todos os docentes que participaram diretamente da minha formação intelectual, agradecendo em especial ao meu orientador Hermes responsável por guiar e lapidar este trabalho de conclusão de curso. Agradeço também a todos os técnicos e colaboradores da universidade, em especial da FADIRI por proporcionarem um ambiente de aprendizado formidável.

Por fim, mas não menos importante agradeço a todos meus amigos e pessoas que participaram da minha vida direta e indiretamente no período que estive em Dourados, sempre digo as pessoas que a universidade me preparou também para a vida real através das responsabilidades e habilidades que adquiri neste tempo.

## **A influência da ONU na elaboração de políticas públicas para redução da desigualdade no Brasil.**

### **RESUMO**

O trabalho tem por objetivo analisar o debate da desigualdade no Brasil e como isto afeta a inclusão social, econômica e política de todos os cidadãos à luz dos novos objetivos e metas para o plano de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU). Para isto usarei da análise de dados dispostos em meios eletrônicos, artigos científicos, pesquisa bibliográfica bem como pesquisas documentais e indicadores que contribuam para o debate da notória desigualdade que a sociedade brasileira experimenta em seus diversos estratos sociais. Através do índice de GINI, indicador utilizado para quantificar o quão desigual é uma sociedade será possível estabelecer parâmetros de comparação e a efetividade ou não das políticas públicas ao longo do tempo, e de qual forma os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU geram impacto na elaboração, desenvolvimento e efetividade destas políticas. Por fim, o debate e análise deste tema contribuirão para que possamos olhar mais atentamente as políticas governamentais que contemplem as causas sociais, priorizando a busca e análise de políticas públicas que voltadas às áreas fiscais, salariais e de proteção social como solução para a redução dos níveis de desigualdade.

**Palavras-chave:** Desigualdade; ODS; Políticas públicas.

## **The influence of the UN in the elaboration of public policies to reduce inequality in Brazil.**

### **ABSTRACT**

This work aims to analyse the debate of inequality in Brazil and how it affects the social, economic and politic inclusion of all citizens in the light of the new objectives and targets for UN's sustainable development plan. For that purpose I use data analysis method, investigating material available in electronic media, scientific articles, indicators and both bibliographic and documentary research which contribute to the debate on the notorious inequality that Brazilian society experiences in its different social strata. Through the GINI index, an indicator used to quantify how unequal a society is, it will be possible to establish parameters for comparison and the effectiveness or ineffectiveness of public policies over time, and in what way the new UN Sustainable Development Goals (SDGs) generate impact in the elaboration, development and effectiveness of these policies. Finally, the debate and analysis of this theme will contribute so that we can look more closely at government policies that address social causes, prioritizing the search and analysis of public policies that focus on the tax, wage and social protection areas as a solution for reducing inequality levels.

**Keywords:** Inequality; SDG; Public Policy.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1. DESIGUALDADE E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA.....</b>	<b>12</b>
<b>2. ONU E A AGENDA 2030 .....</b>	<b>21</b>
<b>3. ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DO GOVERNO BRASILEIRO: META 10.4.....</b>	<b>27</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>36</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>38</b>



## INTRODUÇÃO

Os temas desigualdade e sustentabilidade tem se tornado assuntos cada vez mais frequentes nos debates nacionais e internacionais pelos mais distintos autores e instituições. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), em Setembro de 2000, foram lançados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que tinham como propósito principal a redução da extrema pobreza bem como do enfrentamento dos principais desafios sociais e das privações de liberdade causada pela pobreza, conferindo o tema como prioritário nas agendas internacionais para o desenvolvimento. Os oito objetivos lançados à época em sua essência tratavam dos assuntos inerentes à erradicação da fome, educação, igualdade de gênero, saúde para crianças e gestantes, combate a doenças como HIV/AIDS, promoção da sustentabilidade ambiental e promover a cooperação através de metas vigentes até o ano de 2015. (ONU, 2019a).

Ao final do período de vigência das ODM, a ONU lançou a “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (ODS), que em essência consiste na continuidade das ODM com mais objetivos, metas e planos de ações celebrados com todos os representantes dos 193 estados-membros da ONU. Se antes nos ODM o objetivo era diminuir a extrema pobreza, o novo objetivo dos novos ODS celebrado consiste no ousado desafio de, em essência, erradicar a pobreza de amplo espectro para que o desenvolvimento sustentável pleno possa acontecer. A atual agenda 2030 é composta por 17 itens de promoção do desenvolvimento que além de priorizarem a promoção da igualdade também contemplam o desenvolvimento sustentável focado não só em pessoas como também no meio ambiente. (ONU, 2019a).

No Brasil, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o índice de miséria no Brasil vem diminuindo desde a época de 1990, com uma redução de 13,4% para 3,5% em 2015, qualificando o Brasil como um dos principais exemplos globais de eficácia na redução efetiva da pobreza extrema à época de vigência dos ODM. Este notável avanço é reflexo da adoção de políticas públicas de transferência de renda como o Plano Brasil Sem Miséria lançado em junho de 2011 que posteriormente se tornou parte do programa Bolsa Família, vigente até os dias de hoje, e por consequência, este conjunto de ações por parte do estado brasileiro foi tão bem-sucedido que no ano de 2012, ou seja, três anos antes do fim do prazo estabelecido pelas metas da ONU, o Brasil conseguiu alcançar o objetivo do ODM de número 1, que consistia em reduzir a pobreza extrema à metade do nível em que estava no ano de 1990. (IPEA, 2014).

Entretanto, o índice de desigualdade de rendas no Brasil vem crescendo nos últimos anos segundo os novos dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstram um aumento na desigualdade de rendas totais através da diminuição média da renda da parcela mais pobre da sociedade e o aumento da parcela mais rica. Os dados dão conta que entre os anos de 2015 e 2018, o rendimento médio mensal do 1% mais rico foi aproximadamente 34 vezes maior do que a metade mais pobre da população mais pobre ganhou, sendo que especificamente de 2017 para 2018 a média de ganhos dos 10% mais pobres sofreu redução de 3,2%, e a média de ganhos do 1% mais rico aumentou 8,4%. (IBGE, 2018).

Diferentemente dos antigos ODM, os atuais ODS são compostos por 17 objetivos a serem trabalhados e solucionados na sociedade atual, além de possuírem 169 metas e até o momento mais de 300 indicadores<sup>1</sup> globais, regionais e nacionais que funcionam como mecanismos de análise e validação de dados para o cumprimento dos objetivos propostos pelos estados membros. (ALVES, 2015).

Para isto, analisarei a meta de número 4 que está inserida dentro do macro objetivo do ODS de número 10, que tem por objetivo reduzir a desigualdade dentro e fora dos países, através das relações entre os próprios países como também através do investimento em pessoas, especialmente nos países e regiões que há mais pessoas com menos privilégios, com restrição de alcance a níveis dignos de rendimentos, estudos, participações sociais e políticas. (ONU, 2019b).

Este ODS, resumidamente, estabelece como objetivos os temas e assuntos relacionados à diminuição da desigualdade, a adoção e promoção de políticas que contemplem o crescimento de renda da parcela mais pobre da população mundial, inclui o encorajamento para o protagonismo político e social de todos e todas não importando raça, cor, gênero e condição econômica. Promove também a inclusão dos países em desenvolvimento nas discussões e tomadas de decisões dentro das instituições financeiras globais e por fim propõe facilitar a migração e mobilidade responsáveis e planejadas de modo ordenado. (ONU, 2019b)

O ponto da análise central será analisar propostas de políticas públicas insuficientes ou até mesmo ausentes nas áreas abordadas pela meta 10.4 da nova agenda 2030 da ONU, de qual forma elas se relacionam com a temática da pobreza estrutural, baixos níveis de educação e

---

<sup>1</sup> Os indicadores são definidos como componentes do sistema social de natureza variável que são usados para medir as oscilações provocadas pela criação de políticas públicas específicas. Também são considerados imprescindíveis na avaliação de efetividade das mesmas. (PARAHOS et al. 2013).

instrução como também a falta de estrutura básica para pleno desenvolvimento do indivíduo que afetam e acabam por prolongar a condição limitada e restritiva de vivência individual e coletiva. A partir disto, fomentar também os debates teóricos acerca da desigualdade considerando a atual realidade brasileira.

O objetivo geral será verificar se o governo brasileiro, através de suas instituições e políticas públicas, está criando instrumentos que permitam alcançar o cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável de número 10, meta 10.4 da ONU. Os objetivos específicos serão apresentar o conceito de desigualdade e concentração de renda, apresentar e analisar a “Agenda 2030 da ONU – Objetivo 10. Redução da Desigualdade” e identificar a atuação das instituições do governo brasileiro quanto ao cumprimento das metas, especificamente a meta de número 10.4 e se esta atuação impacta diretamente os níveis de desigualdade.

A justificativa são os altos níveis de desigualdade social hoje experimentada pela maioria de nossa sociedade menos favorecida evidencia a latente necessidade de discutirmos sobre os impactos que a falta de políticas voltadas a igualdade social provocam na vida de cada indivíduo, em especial à respeito das privações de liberdade que sofrem e as condições a que são submetidos em detrimento da manutenção do status quo. Desta forma, à luz do acordo da ONU denominado Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, será possível notar se o acordo impacta direta ou indiretamente na elaboração de leis e projetos que ajudem de alguma forma a estreitar o abismo existente entre ricos e pobres que existe hoje em nossa sociedade. Para tanto, irei apresentar os níveis de desigualdade e concentração de renda que há no Brasil hoje, analisar a agenda 2030 da ONU, especialmente o objetivo 10, meta 10.4, como também identificar se houve ou não um comprometimento maior do estado brasileiro para com as políticas de redução da desigualdade.

O problema de pesquisa é como os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas impactam a criação de políticas públicas voltadas para a redução do alto nível de desigualdade na sociedade brasileira. Segundo Medeiros, Souza e Castro (2015) o Brasil atualmente é classificado como um dos países que possuem um dos maiores níveis de desigualdade de todo o mundo, dados revelam que as concentrações de renda no topo da pirâmide já se mantem há muitas gerações, estabelecendo além do grande nível de desigualdade a sua estabilidade ao longo dos anos. (MEDEIROS; SOUZA; CASTRO, 2015).

Na primeira parte do trabalho serão apresentados os dados de pesquisa exploratória contemplando a opinião e visão dos autores escolhidos para contribuir com a discussão da

desigualdade social brasileira, passando pela discussão sobre o atual cenário de desigualdade no Brasil como também através da análise de dados provenientes de indicadores institucionais, sociais, nacionais e internacionais.

Na segunda parte do trabalho será apresentada a relevância das Organizações Internacionais na política internacional e o porquê elas importam como atores fundamentais na difusão de objetivos internacionais como os objetivos da agenda 2030 da ONU, apresentar o debate sobre as Organizações Internacionais e o porquê as instituições internacionais são importantes para o bom funcionamento das Relações Internacionais e como esta temática afeta a política interna brasileira voltada à redução das desigualdades.

Por fim, na terceira e última parte do trabalho serão apresentados dados e elementos que tornem possível analisar se o governo brasileiro, signatário dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU vem criando políticas para que seja possível o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas bem como sua efetividade na promoção de sustentabilidade e igualdade.

O presente estudo consiste em pesquisa aplicada de caráter descritivo, visa verificar se o governo Brasileiro através de suas instituições e políticas públicas está criando instrumentos que permitam alcançar o cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável de número 10, meta 10.4 da ONU. Nesse sentido, os resultados serão apresentados de forma qualitativa, a partir da coleta de informações de fontes secundárias, incluindo dados dispostos em meios eletrônicos, artigos científicos, pesquisas bibliográficas, pesquisas documentais e indicadores que contribuam para o debate da notória desigualdade que a sociedade brasileira experimenta em seus diversos estratos sociais.

## **1. DESIGUALDADE E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA**

Na atualidade, o tema desigualdade tem sido amplamente debatido entre os mais diversos autores que escrevem sobre nossa sociedade moderna, bem como suas consequências e de qual forma isto está ligado ao ciclo vicioso da pobreza como também sua relação com a exclusão social. Um dos autores mais importantes neste assunto e comumente referenciado quando discutimos o tema desigualdade é o autor Thomas Piketty. Sua obra “O Capital” é um marco nos estudos sobre o tema, Piketty (2014) disserta sobre as diversas dinâmicas de distribuição de renda e de qual forma estes impactam na vida social e financeira dos indivíduos. Segundo o autor, o sistema atual capitalista nem de longe é perfeito, em sua visão há muitos

pontos sensíveis de interesse populacional quanto do capital que deveriam ser melhor discutidos e concertados a fim de proporcionarmos sociedades mais justas e igualitárias, tendo como ponto de partida a desigualdade gerada por este mesmo sistema. (PIKETTY, 2014).

Conforme Silva (2007) escreve em seu trabalho sobre o programa de transferência de renda Bolsa Família, o programa fora criado não só pensando na solução de curto prazo, que é a transferência de renda, como também foi pensado a longo prazo impondo a condicionalidade de que a família mantivesse os filhos vinculados a uma instituição de ensino público para que o benefício fosse disponibilizado. Desta forma, no longo prazo, esta ação seria capaz de interromper este ciclo vicioso já existente e também o avanço da pobreza (SILVA, 2007). O programa do Bolsa Família foi criado e pensado a partir do antigo programa governamental chamado Fome Zero, criado em 2003 o programa que tinha foco na distribuição exclusiva de alimentos não vingou devido a dificuldades institucionais, políticas e práticas. O respectivo programa logo foi substituído pelo seu sucessor, o Bolsa Família, este caracterizado pela transferência de renda não condicionada a apenas produtos alimentícios, ao invés, o programa criou condicionalidades como por exemplo a regularidade da frequência escolar dos filhos para a manutenção dos recebíveis pela família. (TOMAZINI; LEITE, 2015). “Exclusão é um processo complexo, multifacetado, que ultrapassa o econômico do ponto de vista da renda e supõe a discriminação, o preconceito, a intolerância e a apartação social” (SPOSATI, 1999. p.103).

Por força da Constituição brasileira, o Estado brasileiro é responsável por atender às demandas sociais, combater a exclusão social e também garantir o bem-estar de todos através da disponibilidade de serviços básicos para a manutenção da vida digna ausente de privações. Os escritos de Piketty (2014), Silva (2007) e Sposati (1999) reforçam a principal narrativa do qual farei uso, a do autor Amartya Sen, que tem como ponto principal de seu trabalho a noção de que a pobreza não somente se resume em insuficiência de renda, mas sim, são reflexos da ausência de liberdades do indivíduo que podem se manifestar principalmente através da precariedade educacional, exclusão social, baixa expectativa de vida, desemprego, insatisfação pessoal e profissional dentre outros atributos essenciais para uma vida plena (SEN, 2000).

Com base nas opiniões dos autores, é possível entender porque o debate da desigualdade é tão importante na atualidade como também o impacto direto na vida de todos os seres humanos, especialmente na vida da maioria das pessoas que estão fora do seletivo grupo dos 20% mais ricos de nossa sociedade brasileira. Ao restante da população, especialmente aos moradores das periferias, muitas vezes em condições de vulnerabilidade, privados da liberdade

em sua essência, este debate não pode mais ser ignorado na composição dos processos da lógica atual de distribuição de renda.

No cerne histórico das ciências sociais sempre houve distintas definições sobre o que de fato são as desigualdades sociais. Muito variada, sua definição sempre dependeu teoricamente de quem as elaborava e para qual fim as faziam, pois, a depender dos interesses políticos e analíticos sua definição poderia mudar. Internacionalmente no final do século XX adotou-se a definição neoclássica de desigualdade como sendo as disparidades de acesso ou restrição de liberdades individuais, assim como o reconhecimento social de ser detentor de posses e bens. Desta forma, partindo de uma análise em que é levada em conta a renda individual dentro de cada país, o índice de GINI<sup>2</sup> torna-se ferramenta essencial e amplamente reconhecida para que possamos calcular<sup>3</sup> os níveis de desigualdade experimentada pelos indivíduos participantes de uma sociedade específica como também para fins de comparação internacional. (COSTA, 2019).

Já segundo Fernandes (2000), o conceito de desigualdade consiste essencialmente na diferenciação social dentro do debate da teoria das classes sociais, em que a repartição irregular de riquezas entre todos os indivíduos acaba por gerar exclusões sociais para o grande grupo que fica com a menor fatia da renda. Ainda segundo o autor, historicamente o momento que vivemos hoje é revolucionário, pois antigamente nas sociedades tradicionais pensava-se a desigualdade como destino não passível de mudança, os mais pobres não tinham nenhuma perspectiva de melhora de vida enquanto os mais ricos acreditavam que a riqueza conquistada ou herdada por eles era completamente justificada pelos seus próprios merecimentos. Nos dias atuais, a desigualdade é sentida pela população em geral como uma grande injustiça, substituindo a antiga percepção de que não possuir liberdades e riquezas materiais é algo predestinado, mas sim, percebida como uma profunda injustiça social. (FERNANDES, 2000).

Este conceito de desigualdade também é compartilhado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que em seus escritos aprofunda ainda mais o conceito de desigualdade não somente conceituando na esfera econômica, como também adicionando

---

<sup>2</sup> “O índice de GINI foi desenvolvido pelo estatístico Corrado Gini e publicado no documento “Variabilidad e Mubilitá em 1912”. Esse índice é comumente utilizado para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas pode ser usada também para qualquer distribuição, como concentração de terra, riqueza entre outras”. (IPECE, [entre 2007 e 2019]).

<sup>3</sup> O cálculo é feito por instituições competentes internacionais como a ONU em seu Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), como também por instituições Brasileiras através da análise de microdados provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

outras faces da desigualdade como a de representação política, de gênero, étnica e racial. Seu conceito de igualdade abarca todos os conceitos possíveis que possam contribuir para o pleno desenvolvimento do indivíduo na sociedade e que contribuam principalmente para construção de sua identidade como indivíduo participante da sociedade em que vive, devendo sentir-se representado nas múltiplas esferas políticas, econômicas e sociais que assegurem seu pleno sentimento de pertencimento ao lugar que vive. O bem-estar para as famílias é outra definição de igualdade que tem influência direta no desenvolvimento das capacidades humanas, e isto pode ser alcançado através da distribuição funcional de toda renda como também do capital ativo e propriedades. (CEPAL, 2017).

Faz-se necessário aqui decompor os tipos de desigualdades existentes, sendo elas a gerada pelo capital e a gerada pela força de trabalho através dos salários. Geralmente as desigualdades geradas pelo capital são essencialmente maiores do que aquelas geradas pela distribuição de renda via salários, isto porque alguém que vive de renda do capital tem acesso a melhores oportunidades de investimentos rentáveis, portanto esta mesma pessoa pode direcionar mais tempo do seu dia para adquirir conhecimento e especializações e também a como aplicar de maneira melhor e eficiente o capital que possui, gerando assim mais renda e multiplicando seu capital acumulado. Outro exemplo é do indivíduo que recebe via herança algum valor ou bem, este terá maiores possibilidades de sucesso ao aplicar e replicar este capital com relação a alguém que não conta com esta possibilidade. Além disto, estatisticamente é comprovado que entre aqueles que possuem salários a desigualdade é menor ao comparar os rendimentos do topo à base da pirâmide se comparado ao capital, que normalmente tende-se a se concentrar no topo da pirâmide. (PIKETTY, 2014).

Diferente da renda através da força do trabalho, a renda do capital advém de todo e qualquer ativo que a pessoa possui, podendo ser não somente o capital em espécie gerador de capital, uma casa, por exemplo, representa capital, isto porque através do aluguel este imóvel pode gerar renda, renda advinda não do trabalho, mas sim daquele ativo imobilizado que por oferecer uma solução pra quem busca um lugar para morar, abre mão de parte do seu salário ou força de trabalho no caso de um trabalhador assalariado para assim transferir este recurso ao detentor do capital. Outros exemplos também podem ser citados como possuir direitos autorais, deter patentes, obter participação nos lucros e dividendos de uma empresa de capital aberto através da compra de ações e etc.

A problemática envolvida em toda esta discussão sobre as desigualdades de modo geral é que o mundo com o passar dos anos vem apresentando resultados positivos quanto ao

crescimento econômico bem como geração de riqueza. Crescimento econômico significa aumento da riqueza global, aumento da riqueza global significa mais dinheiro e poder econômico para as pessoas, que na teoria se distribuído de uma maneira justa e igualitária poderia proporcionar a todos os habitantes do mundo uma vida digna isenta de qualquer tipo de privação de liberdades. Só que na realidade, as informações disponíveis demonstram uma forte tendência para o acúmulo e concentração de capital em sua maioria gerada pela desigualdade salarial, todos estes pontos serão melhores apresentados e discutidos ao longo deste trabalho.

Historicamente os níveis de pobreza extrema têm diminuído através do fenômeno da globalização, com uma economia globalizada o comércio internacional cresceu de forma exponencial, e isto permitiu que países como Índia e China que antes tinham altas taxas de pobreza e miséria em sua população reduzissem estes números rapidamente, graças à abertura do comércio internacional que tem potencializado a geração riqueza especialmente nos países que estão em desenvolvimento e que sempre foram conhecidos como países pobres e subdesenvolvidos. “De 1990 a 2015, o percentual de extrema pobreza passou de 36% para 10% da população mundial, com queda média de um ponto percentual ao ano”. (ONU, 2018)<sup>4</sup>.

Todo este crescimento e desenvolvimento proporcionado pelo sistema hegemônico capitalista na prática foi o que melhor deu certo e trouxe prosperidade para uma grande parte da população global, contudo sabemos que está longe de ser um modelo perfeito, o atual sistema exclui, segrega e age de maneira seletiva com relação às liberdades de cada cidadão periférico, a aqueles que podem pagar nenhuma restrição de liberdade lhe são aplicadas, e a quem não pode tem que conviver com uma série de restrições que variam de acordo com o pouco ou nenhuma riqueza acumulada que possui.

Entretanto é possível sabermos a partir do Produto Interno Bruto (PIB) o quanto dinheiro está efetivamente indo para as mãos da massa trabalhadora, ao analisar o histórico dos indicadores das remunerações do trabalho, podemos observar que há relação direta entre o indicador com a sensação de bem-estar social promovido pelo aumento de renda da massa trabalhadora. Quanto mais frações do PIB são concentradas junto aos detentores do capital que vivem de lucros e dividendos, mais se retira renda do trabalho, que em essência é o fator principal de onde a maioria das famílias que fazem parte da classe trabalhadora recebem seus

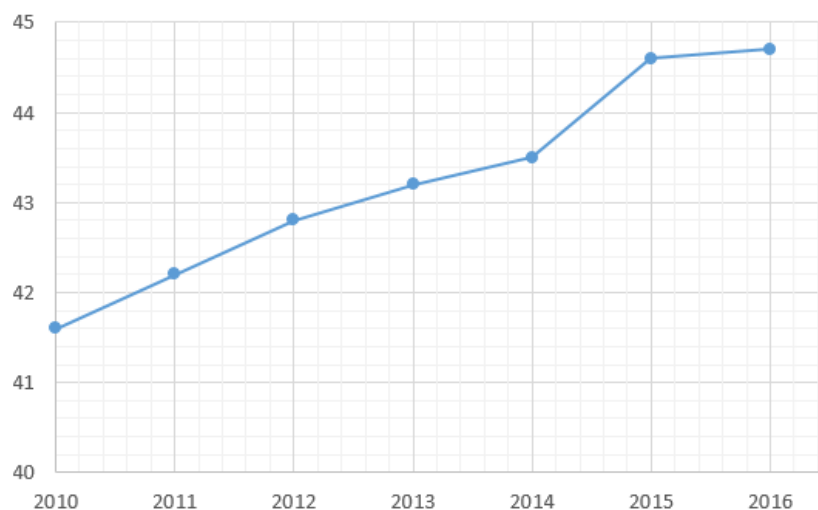
---

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/banco-mundial-pobreza-extrema-esta-diminuindo-no-mundo-mas-a-ritmo-lento>>.



rendimentos. (IBGE, 2018). A seguir, no gráfico 1, podemos ver a evolução na fração das remunerações do trabalho no PIB.

**GRÁFICO 1 – PARTICIPAÇÃO DA RENDA DO TRABALHO NO PIB DE 2010 A 2016 EM %.**



Fonte: IPEA, 2019, p. 13

De acordo com Souza (2003), nosso modelo político brasileiro de desenvolvimento e inclusão pensado no início do século XIX é considerado ultrapassado na atualidade, pois seus preceitos básicos dão conta que o crescimento econômico é a solução para que consigamos reduzir as desigualdades e promover a inclusão, no entanto, o que houve com a modernização da sociedade foi o crescimento acompanhando do processo de naturalização da desigualdade social, isto porque, aconteceu de cada vez mais os grandes centros massificarem sua população muito rapidamente, o que provoca desigualdade e marginalização. (SOUZA, 2003).

Segundo a CEPAL as economias latino-americanas sempre foram caracterizadas por sua heterogeneidade estrutural social, em sua visão os empregos e a renda estão altamente estratificados em seus níveis de rendimento, segundo dados fornecidos, aproximadamente metade dos empregos é gerada nos setores de baixa produtividade e isto provoca a heterogeneidade de rendimentos e conseqüentemente gera forte estratificação social. (CEPAL, 2017). Ao longo do trabalho veremos como esta diferenciação é caracterizada, seus desdobramentos e quais são as conseqüências de manter o status quo da desigualdade por não adotarmos políticas voltadas à promoção de uma maior igualdade entre os cidadãos.

Se por um lado vislumbramos a diminuição da pobreza e miséria global, por outro nunca houve tanta riqueza acumulada na mão de poucas pessoas, explicando melhor, o fenômeno da

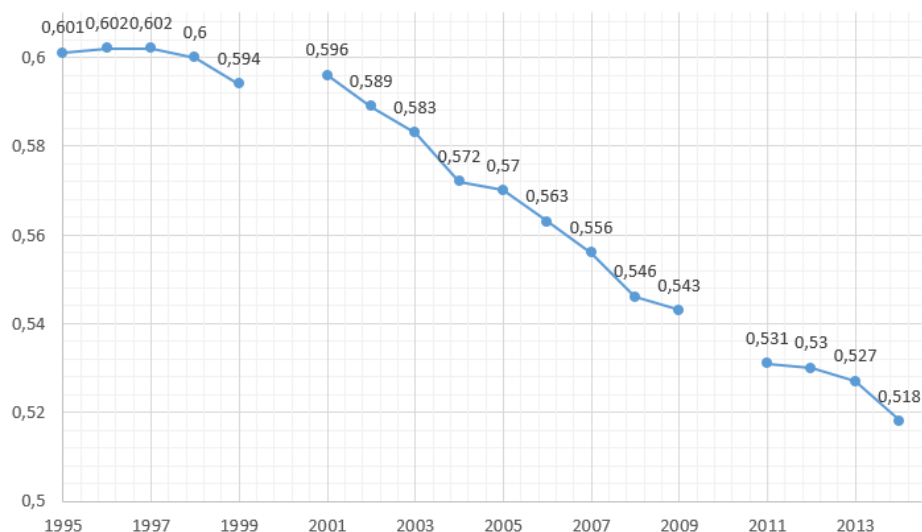
globalização e sua economia aberta abriram caminhos para que mais e mais pessoas entrassem para o seleto grupo dos possuidores de grandes fortunas, nunca no mundo houve tantas pessoas que acumulassem tanta riqueza quanto nos dias atuais. Segundo relatório da OXFAM International, o ano de 2017 foi o ano que registrou o maior aumento no número de bilionários no mundo, sendo uma nova pessoa bilionária a cada dois dias. Cabe também aqui o destaque para os 1% dos super-ricos brasileiros, que foram considerados os maiores concentradores de renda de todo o mundo. (OXFAM, 2018).

Através de dados publicados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) também se faz importante apresentarmos e discutirmos o sistema tributário vigente, visto que é uma área chave quando estudamos as desigualdades na área econômica. Através dos dados disponibilizados pela OECD percebemos que os sistemas de tributação dos países participantes beneficiam os grandes detentores do capital com uma carga tributária mais branda se comparada à carga tributária da classe trabalhadora. A estimativa é que aproximadamente 40% das receitas geradas através da força de trabalho assalariada que representa o meio e a base da pirâmide financeira social sejam retiradas na forma de impostos pelo estado, enquanto para os grandes detentores do capital a estimativa é que somente 21% de toda a receita gerada são retirados em forma de tributos. (OECD, 2019).

Outro indicador muito usado pelos teóricos e analistas para aferir os níveis de desigualdade de renda nas mais diversas sociedades e que conversa com os dispostos nos parágrafos anteriores, é o chamado Índice de GINI, que é responsável por medir em uma escala que vai do número 0 ao 1 o tamanho da desigualdade experimentada em uma sociedade através da análise da renda total daquele país e a quão concentrada ela está na mão de poucos ou vários indivíduos, sendo que o 0 representa perfeita distribuição de renda entre todos os participantes daquela sociedade, e o 1 representa a completa desigualdade, ou seja, toda a renda concentrada na mão de apenas uma pessoa. (WOLFFENBÜTTEL, 2014).

No Brasil, segundo dados do IPEA, o índice de GINI vem evoluindo de forma consecutiva desde 2001 quando marcou 0,596, e desde então registrou quedas consecutivas até chegar ao ano de 2014 marcando 0,518. (IPEA, 2016).

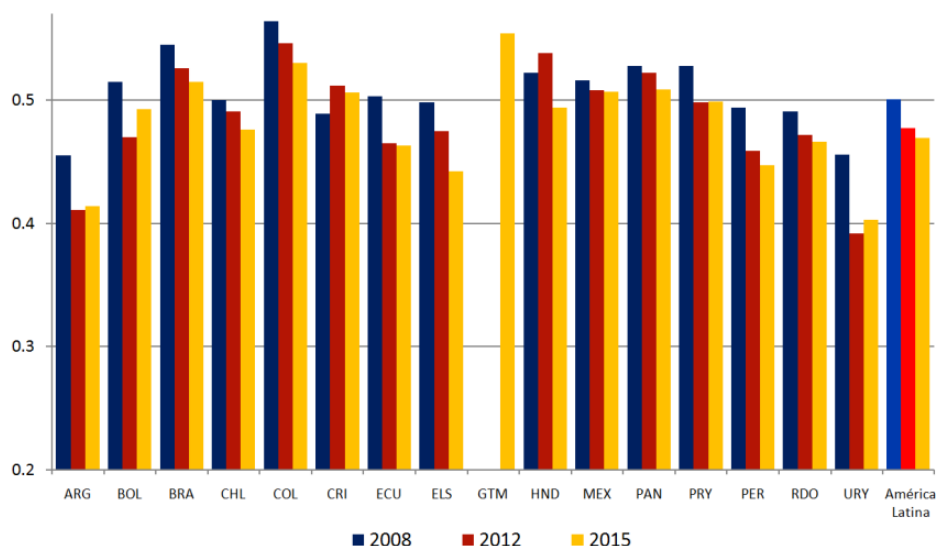
## **GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DO GINI BRASILEIRO (1995-2014)**



Fonte: IPEA, 2016

Estes resultados demonstram que ainda estamos mais pendendo mais para o extremo da desigualdade do que para o lado da igualdade, porém havemos de considerar o notável avanço do Brasil na evolução positiva destes indicadores. Esta evolução não foi exclusiva do Brasil, no gráfico 3 podemos observar que a evolução do GINI entre 2008 e 2015 aconteceu em quase todos os países da América Latina.

**GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GINI NA AMÉRICA LATINA 2008-2015.**



Fonte: Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), 2016, p. 5.

A liberdade conferida ao indivíduo dentro de uma sociedade geralmente está relacionada diretamente ao nível de desenvolvimento pessoal, de forma que a magreza de rendimentos em

sua visão provoca a supressão de potencialidades individuais afetando negativamente o pleno exercício da liberdade e de exercer suas capacidades potenciais e sociais, então logo, para que o desenvolvimento aconteça se faz necessária a promoção e efetivação de políticas que promovam maior igualdade de renda como também de representação política e educacional entre os indivíduos, para que todos através de suas distintas necessidades alcancem o ideal de liberdade, que na visão do autor Amartya Sen significa a completa ausência de privações aplicadas a cada uma das distintas realidades plurais inclusas nas dimensões econômicas ou fora delas (SEN, 2000).

Segundo Rego e Pinzani (2013), a pobreza não se resume em apenas pobreza de dinheiro e bens materiais, a pobreza experimentada por um indivíduo desde seu nascimento tem consequências diretas no caminho até se tornar adulto. Ser pobre significa estatisticamente ter menos acesso à educação de qualidade, ser pobre significa que na maioria das vezes suas habilidades como ser humano não serão plenamente desenvolvidas, pois a pessoa que tem poucas condições além de ser privada de inúmeras liberdades já discutidas aqui estará preocupada em como e de qual forma irá satisfazer suas necessidades mais básicas (REGO; PINZANI, 2013).

Conforme Piketty (2014) teoriza em seu livro, há duas hipóteses que podem explicar as diferenças salariais extremas entre os países, a primeira consiste no quanto o trabalhador através da sua força de trabalho contribui para agregar valor à organização do qual ele faz parte, e a segunda hipótese está ligada ao pensamento de que a produtividade do trabalhador está sempre ligada diretamente as suas habilidades versus a capacidade da sociedade em suprir as demandas específicas destas habilidades na sociedade. Em outras palavras a primeira teoria descreve um cenário em que o trabalhador fica com uma parte do que gera de riqueza para a organização do qual faz parte, o que é uma análise bastante subjetiva, pois fica difícil mensurar o quanto de riqueza cada colaborador agrega exatamente para o detentor do capital, e mesmo que fosse mensurado, com certeza nos dias de hoje sabemos que este valor nem sempre corresponde ao que realmente o trabalhador deveria receber pelo valor real agregado à empresa (PIKETTY, 2014).

Na segunda parte da teoria, Piketty (2014) descreve um cenário em que as remunerações estão diretamente ligadas à lei de oferta de demanda natural do mercado, ou seja, quanto menos mão de obra especializada em um nicho de mercado específico e maior a demanda os salários tendem a serem mais valorizados e assim logicamente a desigualdade de salários tende a aumentar (PIKETTY, 2014). Neste sentido, podemos fazer uma relação direta com os escritos

de Sen (2000) já apresentados anteriormente, que a desigualdade social está diretamente ligada à capacidade do Estado em fornecer acesso à educação, especialmente educação tecnológica que possui um valor agregado maior e que contribui de fato para que a sociedade avance bem como também promove o nivelamento de rendimentos (SEN, 2000).

O não investimento em educação qualificada implica em uma tendência crescente de supervalorização dos salários da mão de obra qualificada existente e conseqüentemente no crescimento da desigualdade, isto porque com o achatamento dos rendimentos da massa mais pobre da população que em sua maioria não possui educação de qualidade ou qualificações tenderá a aceitar salários cada vez menores diante da grande oferta e cada vez menor demanda por mão de obra não qualificada.

## **2. ONU E A AGENDA 2030**

A área das Relações Internacionais é fundamental para que possamos estabelecer uma conexão entre as discussões de desigualdade e como trabalhar para que seja possível solucionar este problema, especialmente aqui no Brasil devido ao seu histórico de mantenedor das profundas e enraizadas desigualdades culturais, patrimoniais e sociais. Neste sentido dada a complexidade e interdependência do sistema internacional, os esforços em escala mundial são úteis para que seja promovido internamente o desenvolvimento sustentável que por sua vez são mecanismos bastante úteis que ajudam através de uma visão externa de mundo a compreendermos melhor nossa realidade interna. Com a ajuda e influência dos *players* internacionais é possível aos poucos quebrarmos paradigmas aos quais sempre foram pensados como pouco passíveis de mudanças através da cooperação entre diferentes sociedades e culturas. (MENEZES; MINILLO, 2017).

As Organizações internacionais são instituições internacionais legítimas dotadas de personalidade jurídica que se enquadram como atores internacionais burocratas através do reconhecimento de três ou mais nações soberanas para facilitar a cooperação internacional entre os Estados através de normas e regras que formam mecanismos reguladores. Através da burocracia destes mecanismos reguladores e do monitoramento é possível determinar se um membro está cumprindo ou não as normas e regras estabelecidas. A expectativa de reciprocidade é fundamental para o bom funcionamento de todo o sistema, pois quanto maior a dose de expectativa difundida maiores serão as probabilidades de que a cooperação de todos

seja efetivamente possível caracterizado pelo conceito da reciprocidade difusa. Quando um membro rompe com as normas e regras do jogo, este por sua vez poderá ser desde reprimido politicamente pela instituição a até mesmo sofrer sanções comerciais ou militares em seu território, e todo este poder de ação só é possível através da legitimidade e respaldo que a instituição tem perante aos Estados que a compõe. (HERZ; HOFFMAN, 2004). Portanto podemos definir as instituições internacionais como sendo atores politicamente motivados que têm poder, autoridade e capacidade de ação.

Ainda segundo Herz e Hoffman (2004) a primeira Organização Internacional surgiu após os conflitos gerados pela Primeira Guerra Mundial denominada de Liga das Nações, esta foi a primeira organização internacional dotada de princípios, regras e normas que foram previamente estabelecidos entre os Estados que a compunham, tendo também como marco histórico a introdução do primeiro conceito de segurança coletiva. (HERZ; HOFFMAN, 2004). O conceito de segurança coletiva foi e é até hoje um conceito adotado pelos Estados que consiste na participação e proteção dos Estados participantes de modo que se um estado membro for atacado por outro Estado hostil, teoricamente todos os outros, juntos, viram a seu socorro ajudar e repelir a agressão.

Este fenômeno da criação das Organizações Internacionais no século XIX tiveram como ingredientes primordiais para sua criação diversos fatores, o primeiro e mais importante deles é a de vivermos em um sistema internacional anárquico, ou seja, nada nem ninguém estão acima da própria soberania estatal. Os demais fatores consistem na globalização das relações interestatais que forçou os Estados a reconhecerem os problemas gerados por sua coexistência, o aumento do fluxo de contato entre eles, a existência de Estados soberanos propriamente ditos e a necessidade de criação de instituições para regular estas relações bem como enfrentar estes problemas. Todos estes ingredientes juntos formaram a poça primordial necessária para que as Organizações Internacionais emergissem da ideia de tornar o mundo e as relações entre os Estados melhores e mais vantajosas.

Dentro desta contextualização das Organizações Internacionais a Organização das Nações Unidas ou ONU surge no período do pós-Segunda Guerra Mundial vinda de uma necessidade de manter a paz mundial através do conceito de segurança coletiva e também implementar um modelo de desenvolvimento socioeconômico mais justo. Os Estados Unidos foi o principal impulsionador para a emergência da ONU no sistema internacional, e até hoje é um de seus principais financiadores. Embora a atuação da ONU tenha sido ofuscada durante a Guerra Fria, após este evento a instituição voltou a atuar normalmente, o que sempre foi de

interesse estratégico dos norte-americanos, pois para que o capitalismo pudesse prosperar era necessário um ambiente internacional fluído para o livre comércio.

Entretanto a instituição enfrentou contestações quando os Estados Unidos e seus aliados resolveram invadir o Iraque em uma ação militar que foi bastante questionada devida a falta de provas que justificaria a ação, pelo seu mau planejamento e por sua duração que se estendeu por anos. Devido à falta de protagonismo, a ONU perdeu relevância como organismo internacional que sempre foi e entrou num processo de crise devida à falta de capacidade em evitar ações como esta de cunho unilateral. (LOPES; CASAROS, 2009).

A ONU por ser uma instituição naturalmente heterogênea é de se esperar que a instituição passe por tensões e questionamentos quanto à efetividade de suas ações e arranjo atual. É importante lembrar que desde sua fundação, houve um significativo aumento do número de estados membros, especialmente devida à descolonização mundial que criaram novos atores internacionais em meados da década de 1960 e 1970. Com a adesão destes novos atores, novos discursos também foram adicionados às agendas de discussão da instituição, o que significa que demandas por discursos e ações da organização deveriam ser incorporadas a agenda a fim de atender e contemplar as necessidades destes países em sua maioria ainda em processo de desenvolvimento. Desta forma, novas competências foram adicionadas ao espectro de atuação da instituição, passando a atuar não só na área de conflitos como também nas áreas de sustentabilidade, saúde, desenvolvimento e etc. (JUBILUT; SILVA; RANIMA, 2016).

Passando por uma crise de credibilidade, a ONU então passou por um processo em que teve que alinhar seus objetivos em busca de uma atuação mais firme na defesa do que seriam os interesses coletivos defendidos pelos novos estados membros da instituição. Resgatar sua imagem não seria fácil devida a toda problemática envolvida, mas para que isto pudesse ser feito convergir suas principais políticas para a redução das desigualdades bem como a promoção da sustentabilidade foi uma estratégia adotada para que sua imagem e protagonismo internacional fossem novamente recuperados.

A discussão sobre a importância das organizações internacionais torna-se melhor visível depois do ano de 2000, quando seu poder de agência começa a ser estudado, discutido e percebido por teóricos sob a ótica construtivista, que dão conta de que as instituições internacionais reconhecidas pelas burocracias que são possuem sim relativo poder de agência em suas áreas de atuação, não sendo apenas meros e simples instrumentos de manobra estatais. (HERNANDEZ, 2015).

A crise do petróleo arquitetada pelos países da Organização dos Países Exportadores de

Petróleo (OPEP) foi o gatilho responsável pela criação de políticas que visavam o bem-estar social, foi desta forma que o conselho da ONU e os países de modo geral passaram a discutir e implementar políticas voltadas ao combate da pobreza seguido da demanda dos países emergentes que emplacaram a ideia de desenvolvimento com sustentabilidade. No ano de 2000, a ONU lança os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), com prazo de vigência de 15 anos, os ODMs têm enfoque da redução da pobreza, promoção da igualdade de gênero, promoção do ensino básico universal atrelada à sustentabilidade de característica público privada, em que o conceito estabelecido busca promover a liberdade dos indivíduos, liberdades estas ligadas a vivência digna, sem medo e livre de privações aos quais a pobreza impõe. (JUBILUT; SILVA; RANIMA, 2016).

Quinze anos depois, o documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” é lançado como substituto das antigas ODMs, criado no ano 2015 contém todas as informações oficiais e acordadas desta nova agenda criada pela ONU. Resumindo em uma frase, o este documento “[...] é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade”. (ONU, 2015, p.1). Através dele, foram instituídos os 17 Objetivos e 169 metas que visam concretizar o engajamento da instituição contra as desigualdades de amplo espectro além de focar nos três pilares que consideram fundamentais para que o desenvolvimento sustentável aconteça, são eles os pilares econômicos, sociais e ambientais pelo período de 15 anos até o ano de 2030.

As atualizações de tempos em tempos das agendas sinalizam quais são as novas preocupações de nossa sociedade atual e apontam para onde devemos concentrar nossos esforços em busca de uma sociedade que propicie condições básicas e dignas de vida social e profissional a todos, não deixando de lado também a preocupação com a sustentabilidade, o que é novidade se compararmos os objetivos das antigas agendas. Nossa percepção de como enxergamos o mundo e de como podemos transformar em um lugar melhor vai mudando, e a nova agenda 2030 demonstra exatamente isto, a preocupação de nossa sociedade com o meio em que vivemos e de qual forma devemos preservar se se tornou prioridade expressada por sua inclusão nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Seguindo a linha de pensamento a Agenda 2030 conta com a inclusão inédita do objetivo de número 10, demonstrando que grande parte de nossa sociedade atual estão cientes da desigualdade econômica que vivemos e como esta questão afeta diretamente aqueles que vivem com pouco ou nenhum rendimento. Mitigar as grandes diferenças e pensar em soluções de como redistribuir melhor as riquezas do mundo tem se tornado assunto cada vez mais discutido não



somente na academia, mas também nas ruas, a sociedade em geral tem tomado cada vez mais consciência de que é necessário que a riqueza seja mais bem distribuída para que ninguém precise viver privado das mais básicas liberdades, ver tantos indivíduos com concentrações altíssimas de riqueza enquanto populações inteiras vivem subnutridas. Especificamente a meta 10.4, submeta do Objetivo 10 das ODS, estabelece que os países devam “adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade” (ONU, 2015, p. 29).

Neste sentido, diante dos fatos e estatísticas aqui apresentadas acerca da realidade social e pouco igualitária, no Brasil, a temática específica do ODS de número 10 tem importância ímpar no que diz respeito à redução dos níveis brasileiros de desigualdade, visa de modo geral reduzir as desigualdades para que o objetivo de desenvolvimento com sustentabilidade passe a ser a nova realidade a nível mundo e desta forma, através especificamente da meta 10.4, que consiste na promoção de políticas que contemplem esforços para promover progressivamente um maior nível de igualdade através de políticas fiscais, salariais e de proteção social.

A Constituição Brasileira de 1988 reconhece a suma importância que as liberdades individuais exercem a favor da erradicação da pobreza e garantia de direitos a todos, sem qualquer tipo de discriminação e que são parte importante dos esforços necessários no objetivo da redução das desigualdades, através de garantias de direitos sociais básicos (BRASIL, 1988). No entanto com uma rápida pesquisa e diante do que é publicado em nosso noticiário frequentemente, percebemos de maneira relativamente fácil que nem de longe este direito constitucional é gozado de maneira plena por todos os cidadãos, sendo este, um dos motivos principais responsáveis por caracterizar o alto nível de desigualdade social, econômica e de representação política que experimentamos na atual sociedade brasileira.

A agenda do Brasil traz elementos orientadores que refletem a posição brasileira e suas orientações ligadas ao documento responsável por criar as ODS e definindo suas diretrizes. Alguns dos chamados itens orientadores fundamentais, tratam da erradicação da pobreza e o que deverá ser feito pelo governo brasileiro para que se reduza a vulnerabilidade e a exclusão social. A universalidade e diferenciação também é item importante, pois traz a ideia de que para as implementações da agenda darem certo, se faz necessária que cada objetivo se adapte levando em consideração a realidade particular de cada região. A inclusão, equidade e o enfoque de direitos, segundo o documento, são considerados como pilar central a nível mundial para que se alcance o desenvolvimento e que também conversa com item de sustentabilidade ambiental previamente discutido nas diretrizes centrais dos ODS. A posição brasileira a respeito

do monitoramento dos ODS segue a lógica de que seja considerada a realidade individual de cada país seguida da capilaridade dos ODS que leva em conta a participação de toda estrutura social, incluindo também os esforços do próprio governo para o cumprimento das metas estabelecidas (BRASIL, 2014).

Cabe discutirmos também qual a relação e influência que a ONU, por exemplo, exerce sobre um país e como também as instituições internacionais e a elaboração de políticas nacionais têm uma relação bastante estreita. Se por um lado as instituições internacionais não podem intervir direta e unilateralmente em um estado específico, pois se deve respeitar a soberania nacional, por outro elas conseguem influenciar na criação de políticas nacionais que vão de encontro aos propósitos internacionais defendidos internacionalmente.

A relação entre as instituições internacionais e as políticas domésticas é bastante reconhecida pela comunidade internacional, pois estas instituições conseguem influenciar o comportamento específico de Estados em uma determinada área sem precisar intervir de fora para dentro, caracterizando uma violação de soberania. Ao invés disto, elas conseguem mobilizar correntes internas através da geração de ideias e argumentos que trabalham juntos com seu peso e credibilidade internacional, isto porque uma coisa é um grupo defender uma ideia ou corrente de pensamento sem muito respaldo, e outra é apresentar suas ideias respaldadas com a corrente de pensamento de uma instituição internacional amplamente reconhecida. Nesta linha de atuação a ONU, por exemplo, trabalha na geração de dados e ideias que ajudam movimentos internos na obtenção de informações precisas bem como a expertise necessária para que possam defender seus pontos de vista com bons embasamentos e assim conseguirem através de pressões internas aprovarem leis que vão de encontro aos interesses da instituição. (MARTIN; SIMMONS, 1998).

Outro elemento que conversa diretamente com esta discussão é o efeito bumerangue, que é bastante utilizado pelas organizações especializadas na promoção de causas, que é quando o Estado escolhe negar a existência de algum problema social que está acontecendo no âmbito nacional como a exemplo a demanda de redução das desigualdades e combate à pobreza. (MANFREDINI, 2018). Estas instituições irão se utilizar desta ferramenta, levar a discussão para o âmbito internacional e desta forma poder pressionar o governo brasileiro a tomar medidas que levem em consideração a demanda apresentada, eis justamente o porquê a ONU bem como as organizações internacionais importam.

Por fim, cabe nesta parte do trabalho salientar sob a ótica construtivista que a ONU na sua condição de instituição internacional faz parte do grupo de atores que tem relativa

capacidade de influenciar diretamente na tomada de decisões do sistema internacional agindo na maioria das vezes como interlocutores dos próprios Estados que as criaram e que são seus financiadores. Para além, são também consideradas espaços de discussão e decisão usadas para intermediar interesses estatais em um ambiente anárquico altamente complexo e interdependente. (HERNANDEZ, 2015).

### **3. ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DO GOVERNO BRASILEIRO: META 10.4**

A posição brasileira no processo foi de engajamento na construção dos ODS, para tanto foram criados diversos foros de discussões que auxiliarão no processo de tomada de decisões para a implementação dos ODS. O protagonismo do Brasil partiu do próprio governo através da criação de grupos interministeriais, ministérios e órgãos públicos que criaram o documento orientador chamado “Negociações Da Agenda De Desenvolvimento Pós-2015: Elementos Orientadores Da Posição Brasileira”, este responsável por nortear as ações brasileiras rumo ao cumprimento das metas. (MRE, 2014).

A estrutura criada pelo governo brasileiro para a implementação das ODS foi fruto da criação do Decreto nº. 8.892 que instituiu a primeira comissão responsável pela implementação bem como também prover transparência ao processo de implementação das ODS, sua estrutura é consultiva e responsável por fazer as interlocuções e elaborar as estratégias necessárias de implementação com o governo e a sociedade civil. A escolha das entidades responsáveis pela duram dois anos e são feitas através de editais públicos promovendo assim contribuições plurais para a implementação da agenda. Participam da atual gestão instituições que representam os mais distintos segmentos brasileiros presentes em todas as regiões, são eles: O setor produtivo nacional, entidades sem fins lucrativos, setor de ensino pesquisa e extensão, os governos municipais e os governos estaduais e distritais, além do assessoramento técnico permanente que será feito pelo IBGE e IPEA. (FERREIRA, 2018).

### **FIGURA 1 – MAPA DAS ORGANIZAÇÕES QUE FORMAM A ESTRUTURA RESPONSÁVEL PELA IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS**



Fonte: FERREIRA, 2018, p. 14

A escolha específica da meta 10.4 recai sobre o fato do Brasil ser um dos países mais desiguais do mundo por possuir um sistema tributário que oferece privilégios para os detentores de grandes acumuladores de capital. Portanto é impossível que seja estabelecida uma discussão que vise à redução das desigualdades sem antes passamos pela discussão como de política tributária, que é um dos itens principais de discussão multitemática da meta 10.4. Para além dos indicadores financeiros, a meta também abarca discussões e indicadores sociais que ajudam a explicar o porquê o Brasil é também tão desigual dentro das relações sociais, e aqui podemos levantar temas e discussões sobre o preconceito, desigualdade salarial por raça, cor e gênero e como as políticas públicas importam para que seja promovida a equidade.

Os indicadores sociais são os instrumentos necessários para monitorar dados provenientes da elaboração de políticas públicas específicas, e no caso dos ODS, uma grande porção deles é utilizada para que seja possível dimensionar a efetividade ou não dos objetivos e metas propostas. Estes indicadores foram divididos em três categorias estabelecidas pelo Grupo Interinstitucional e de Especialistas (IAEG-SDG), sendo nomeadas como *Tier I*, *Tier II* e *Tier III*. A diferença entre a categorização destes indicadores consiste em avaliar se os indicadores possuem metodologia e se seus dados são produzidos de maneira regular. A primeira classe de indicador reúne indicadores que possuam metodologia e regularidade de publicação dos dados, é classificado na segunda classe o indicador que apenas possui metodologia, e na terceira categoria são classificados os indicadores que não possuem

metodologia nem regularidade. (LIMA, 2016). A meta 10.4 por sua vez está classificada como *Tier I*, ou seja, há metodologias específicas que possibilitam analisar os dados necessários para aferição da efetividade ou não de ações políticas que contemplem ou não o que propõe a meta bem como regularidade. (IPEA, 2018).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU são compostos por 17 objetivos, cada objetivo possui submetas específicas que no geral designam ações para os próximos 15 anos em áreas estratégicas para o bom desenvolvimento humano como também do planeta. A agenda 2030 possui áreas distintas de atuação, entre elas está a área de pessoas que trata de reduzir a fome ao patamar zero, e consiste também na promoção de políticas que propiciem um ambiente livre de privações para que o ser humano possa alcançar seu pleno potencial.

**FIGURA 2 – OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ONU**



Fonte: Ministério das Relações Exteriores<sup>5</sup>

O objetivo 10 é composto por sete diferentes metas e três submetas. A meta 10.1 diz respeito à promoção do aumento de renda dos 40% mais pobres, a 10.2 por sua vez promove a inclusão social, econômica e política em geral. A 10.3 visa garantir a equidade via criação ou eliminação de leis e políticas que vão ao encontro deste respectivo interesse. A meta 10.4 reflete a importância com toda discussão já levantada até agora tratando da adoção de políticas

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>>. Acesso em: 29 jan. 2020.

em fiscais, salariais e de proteção social para que se possa alcançar de forma progressiva uma maior igualdade. A meta 10.5 traz a preocupação de se implementar regulamentações que visem o monitoramento de mercados e instituições financeiras internacionais. A meta 10.6 reconhece a importância dos países emergentes em participarem das discussões e decisões que envolvem o mercado financeiro global para que se crie um sistema de decisão democrático e eficaz. A meta 10.7 promove a facilidade de migração e mobilidade via políticas que contemplem esta área. Por fim, as três submetas resumidamente juntas tratam do tratamento diferenciado a países considerados em desenvolvimento, priorizando os investimentos financeiros para estados insulares, países considerados sem litoral e por último reduzir os custos com transações internacionais. (ONU, 2015).

Uma das mais importantes e reconhecidas atuações do Governo brasileiro frente ao combate à pobreza extrema que fez a diferença para que a nação alcançasse o objetivo de reduzir o índice de pobreza extrema pela metade até o final da vigência das ODM, o programa Bolsa Família, criado no ano de 2003 e vigente até a atualidade, tem como objetivo o combate à pobreza e a desigualdade de rendas no Brasil. Seus principais objetivos consistem no complemento de renda da família, no acesso a direitos fundamentais como, por exemplo, o direito ao estudo e também na integração com outras políticas sociais que juntas tem o objetivo de romper com o ciclo da pobreza através de melhores condições para a inclusão social do indivíduo (BRASIL, 2004). Além do Bolsa Família, houve também outros projetos significativos que contribuíram para impactar de maneira positiva a redução da desigualdade como também a Reforma Agrária, Programa Luz para Todos, Educação de Qualidade para Todos, Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar, Cadastro Único, Ciência sem Fronteiras e inúmeros outros.

O Bolsa Família garantiu certa autonomia de renda a famílias que nunca puderam gozar desta liberdade, um feito inédito, mas que mesmo assim está muito longe de ser o ideal. Esta pequena grande ajuda de bastante valia proporcionou a criação das condições ideais para que uma mudança profunda acontecesse, pois pela primeira vez famílias inteiras se sentiram enxergadas pelo Estado de direito dotado de uma Constituição que garante aos mais humildes os direitos de viver uma vida digna, livre e igualitária. Uma vez que estas pessoas se sentem enxergadas pelo Estado através da concessão de benefícios, seus anseios mudam, elas se sentem parte de um todo, da sociedade, da vontade de querer algo melhor para suas vidas e a de seus descendentes, tendo em vista que estas pessoas sabem que a falta de estudos e oportunidades são resultantes da negligência estatal em prover lá no passado as condições ideais para que suas

famílias pudessem prover as liberdades adequadas bem como nível de instrução para que pudessem se inserir no mercado de trabalho com melhores remunerações e condições de vida. (REGO; PINZANI, 2013).

Outra ação importante do governo brasileiro que conversa para o cumprimento da meta de número 10.4 é o Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, elaborado a cada quatro anos, o PPA de acordo com a Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016 institui diretrizes, objetivos e metas para que a máquina pública implemente a gestão de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável, inclusão social, melhoria da qualidade dos serviços públicos, e outros. Em seu artigo 4º, inciso I, IV, V, VII, respectivamente, “o desenvolvimento sustentável orientado pela inclusão social”, “o estímulo e a valorização da educação, ciência, tecnologia e inovação e competitividade”, “a participação social como direito do cidadão” e o “o aperfeiçoamento da gestão pública com foco no cidadão, na eficiência do gasto público, na transparência, e no enfrentamento à corrupção” (BRASIL, 2016a). Desta forma, podemos perceber a relação evidente do PPA com a meta 10.4 da ONU que neste sentido partilham das mesmas diretrizes que impulsionam o crescimento, a sustentabilidade e a redução das desigualdades.

No mesmo ano, especificamente no dia 27 de outubro de 2016 o Governo Brasileiro instituiu o Decreto de número 8.892, que criou a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que visa internalizar, difundir e dar transparência a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, que institui estratégias, ações e outros mecanismos para, a partir de sua vigência, ser instrumento importante para atingir os objetivos assumidos no acordo e alcançar o desenvolvimento de maneira sustentável. (BRASIL, 2016b).

Chamada de década da redução da desigualdade, o período que engloba os anos entre 2001 e 2011, através da análise de dados obtidos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), demonstra que entres este período a renda dos 10% mais pobres de nossa sociedade, ou seja, a base da nossa pirâmide financeira teve aumentos que superaram os 91% em termos reais *per capita* considerando os ganhos totais dentro deste período (IPEA. 2012). Tal fenômeno pode ser explicado segundo o próprio documento do IPEA menciona, através de políticas de transferência de renda como o próprio Bolsa Família (IPEA. 2012).

Outra atuação do governo relevante que contribuiu para os índices de diminuição aqui apresentados foi o programa Fome Zero, criado em 2003 durante o governo Lula, o programa significou por parte da gestão petista uma política de segurança alimentar voltada às famílias em situação de extrema pobreza. Mais para frente, o programa foi incorporado a outros já

existentes como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e o Auxílio Gás, dando posterior origem ao que conhecemos hoje como o programa Bolsa Família, contribuído para o importante combate à miséria e exclusão social (MARQUES; MENDES, 2008).

No ano de 2003, a economia brasileira ainda cambaleava em dificuldades devido a uma série de revezes pelo qual passava o Brasil, o crescimento não era satisfatório, ainda existia uma alta dívida pública a ser paga sem contas que o país passava por um período de austeridade fiscal instituído desde 1999. Diante deste cenário, o governo de Lula em 2003 precisava criar políticas para impulsionar o crescimento econômico, de emprego e da renda básica, para impulsionar a massa salarial e as empresas nacionais. Uma das políticas escolhidas foi a da valorização permanente ano após ano do salário mínimo, ou seja, a injeção de recursos na base piramidal financeira, que juntamente com as políticas de transferência de renda ajudaram a melhorar o poder de compra da população mais carente, que foi a maior beneficiada, das empresas e de quebra as contas dos estados e da União que viram suas arrecadações aumentarem com uma alta na arrecadação de impostos. (SOUEN, 2013).

Segundo Piketty (2014), tributação não é uma questão puramente técnica, mas acima de tudo cultural. Segundo sua linha de pensamento, o tributo é um dos pilares essenciais que mantem nossa sociedade de pé, sem ele as sociedades não teriam a estrutura que tem, não seria possível realizar diversas ações para promover as diversidades dentre outras atividades e objetivos que só existem por conta da tributação. Ainda segundo o autor há três formas distintas do Estado recolher parte dos recursos de seus contribuintes, são elas: tributação sobre a renda, tributação sobre o capital e tributação sobre o consumo. (PIKETTY, 2014).

Dentro dos três tipos de tributação um imposto pode ser enquadrado em uma das classes a seguir socialmente falando: Imposto proporcional, imposto progressivo ou imposto regressivo. O imposto progressivo é a categoria de impostos mais usada no mundo inteiro que é aplicada de maneira progressiva para os contribuintes conforme seus rendimentos, ou seja, quem teoricamente tem menos renda e capital acumulado paga menos, enquanto quem tem rendimentos capitais e bens maiores pagam mais. O imposto proporcional é a categoria de impostos em que todos os contribuintes pagam exatamente a mesma quantia em impostos, não importando sua condição de renda ou financeira. O imposto regressivo é caracterizado pelo oposto do proporcional, ou seja, quem está na base da pirâmide financeira paga mais impostos e, à medida que vai subindo rumo ao topo, a tendência é que sejam cobradas alíquotas de contribuição cada vez menores para os mais ricos (PIKETTY, 2014).



A política tributária brasileira é caracterizada em sua maioria por políticas de impostos regressivas, isto porque o sistema tributário vigente privilegia os mais ricos e onera de maneira proporcional quem está no meio e na base da pirâmide financeira através de tributações mais incisivas majoritariamente sobre o consumo e menores proporcionalmente em impostos como IPTU ou até mesmo quando falamos dos tributos sobre os lucros e dividendos, que neste caso é completamente isento.

O conceito de renda, Segundo Lagemann (2001), é toda riqueza que flui para uma pessoa em um determinado período de tempo sem que este reduza a riqueza previamente acumulada. Então podemos definir a tributação sobre a renda como a retirada de uma parte desta riqueza pelo Estado para custear a manutenção de todo seu aparato e projetos voltados ao social, lembrando que os ganhos que são considerados renda podem ser os gerados tanto pela força de trabalho quanto as vindas através do capital. (LAGEMANN, 2001).

Capital é toda riqueza acumulada por um indivíduo que pode ser obtida tanto com o lucro através das empresas, aluguéis, dividendos por ter participação através da compra de ações de uma empresa ou até mesmo deter patentes de algum produto, por isto são considerados capitais. (PIKETTY, 2014). De acordo com Sanchez (2015), o Capital tem sido peça chave no desenvolvimento de uma nação e em sua visão a tributação tem grande importância neste processo como também as políticas de tributação vigentes, isto porque quanto mais tributado for o Capital menor serão os investimentos e quanto mais livre de tributos o capital estiver naquele determinado lugar, pela lógica mais Capital entrará na economia e assim mais investimentos em desenvolvimento serão feitos. No Brasil de forma geral, a maioria dos ganhos gerados através das empresas é tributáveis, tributos estes recolhidos através do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), ou mesmo os tributos recolhidos diretamente na fonte sobre os ganhos gerados através do Capital. (SANCHEZ, 2015).

Os tributos sobre o Capital sempre oscilaram bastante historicamente falando, especialmente entre os períodos da Primeira e da Segunda Guerra Mundial como também no período da Guerra Fria. Desde então, a tributação do Capital sempre foi tema de várias discussões teóricas e posições acerca da melhor maneira de tributar toda esta riqueza, segundo Lemgruber (2004):

Se por um lado, o acúmulo de capital deveria ser estimulado para alavancar o crescimento do produto; por outro, seu padrão de acumulação tem sido visto como concentrador de renda. Em decorrência, tributa-se o fator capital com menor alíquota

se o foco da política tributária apontar para a eficiência econômica, ou, com maior, se o objetivo for a equidade social. (LEMGRUBER, 2004, P.207).

Este ponto de vista é justificado, pois com o mundo globalizado de hoje, mesmo sabendo de toda a desigualdade que há os governantes não podem simplesmente escolher aumentar os tributos sobre o Capital sem antes fazer uma estratégia sólida e que leve em conta todos os fatores envolvidos dentro desta complexidade. Com o mundo globalizado, o fluxo de Capital tende a se movimentar para onde for mais favorável sua inserção e multiplicação, e os tributos que cada nação cobra sobre estes montantes são decisivos para que a economia deste respectivo país ganhe ou perca mais capital, e como já vimos anteriormente, mais capital circulando na economia significa mais investimentos e desenvolvimento.

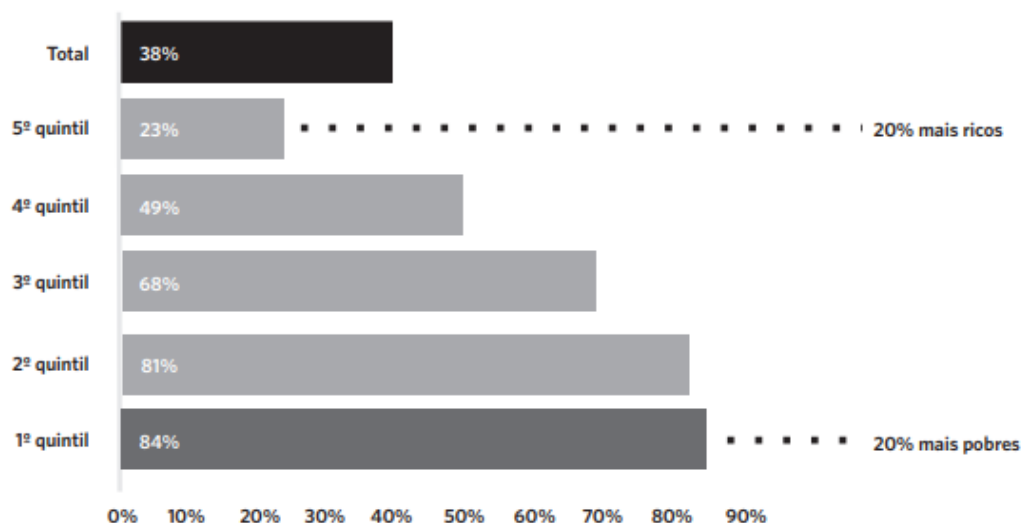
Já o imposto sobre o consumo é aquele pago ao comprar produtos ou serviços de forma fragmentada e desconexa, ou seja, tributa-se o insumo primário, sua produção, o transporte até o comércio e finalmente ao vender o produto. Todo este processo de tributação gera um efeito cascata de pagamento de tributos ao estado, o que levanta a atenção para o fato de que o imposto pago por ricos e pobres é exatamente o mesmo sobre o consumo, ou seja, através das informações fornecidas pode-se concluir que a carga tributária a ser paga na modalidade imposto sobre o consumo é bastante significativa para alguém que possui baixos rendimentos, ao contrário de quem possui rendas elevadas, pois como não há diferenciação de alíquotas para quem possui mais ou menos riqueza e condições de pagar por um determinado produto o peso do ônus maior recai sobre os mais humildes. (REZENDE, 1993).

É importante salientar que o aumento do consumo da classe mais pobre da sociedade não necessariamente significa que a estrutura de desigualdade instalada no país mudou, pelo contrário, após a gestão do Partido dos Trabalhadores houve sim redução na desigualdade, mas a estrutura se manteve, portanto é correto afirmar que as políticas sociais voltadas à base da pirâmide financeira visando aqueles em situação de extrema pobreza, não alteraram as bases estruturais da desigualdade, continuando o Brasil classificado como uma das nações mais desiguais de todo mundo. (BARBOSA, 2012).

Segundo Singer (2013), a ascensão social promovida durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva mudou bastante a forma como conhecemos a estratificação social de classes brasileiras, grande parte dos brasileiros saíram da pobreza extrema por meio de programas de assistência, enquanto muitos outros saíram da própria linha da pobreza e puderam se tornar economicamente ativos e dentre tantos exemplos é destacada a ascensão de uma nova classe social, a classe do novo proletariado, caracterizada por indivíduos que ascenderam socialmente

da classe de subproletariados caracterizados em sua maioria por trabalhadores na informalidade, ausência de carteira assinada e sem direitos trabalhistas. (SINGER, 2013).

**GRÁFICO 4 – GANHO DE RENDA POR CLASSE ENTRE 2002 E 2015.**



Fonte: CAMPELLO et al. 2018, p. 11

Analisando os dados apresentados no gráfico 4, houve inegavelmente a ampliação da renda em todas as estratificações sociais, em especial na camada mais pobre representada pelo primeiro quintil conforme disposto. Dentre as informações já apresentadas aqui, podemos destacar como grandes responsáveis por este resultado o aumento e ganho real do salário mínimo, programas de assistência, incentivo a formalização do trabalhador, investimentos em habitação popular, maior disponibilidade de vagas de emprego na área da construção civil que também foram direcionados de forma que chegassem até a população de baixa renda nas periferias. (CAMPELLO et. al. 2018). Todos estes fatores aglutinados aqueceram a economia e provocaram um efeito cascata de baixo para cima, pois através destas políticas de injeção de recursos na base, toda a pirâmide foi beneficiada ao verem os aumentos na composição dos ganhos de renda conforme demonstrado.

Embora o governo de Luís Inácio Lula da Silva conseguira atenuar de maneira rápida a pobreza através de políticas de transferência de renda, ao mesmo tempo em que ele conseguiu diminuir os números da pobreza, o governo manteve intacta a estrutura responsável por gerar estas mesmas desigualdades. Hoje, após anos de término do seu governo, podemos enxergar que o governo Lula foi um governo ímpar, que conseguiu resolver parcialmente o problema da

pobreza extrema e ao mesmo tempo manter os lucros da elite brasileira, representada pelos banqueiros e pessoas de grandes posses a fim de manter sua governabilidade (CASSIN, 2016).

Por outro lado, o atual governo do Brasil sob o comando do presidente Jair Bolsonaro tem uma visão diferente dos governos anteriores a respeito da educação, sua equipe realiza ações que vão ao desencontro das ações esperada e promovidas pelas ODS, encarando educação como despesa e não passível de investimentos, trazendo de volta uma visão tradicional e ultrapassada da educação. (GEHRE; SOUZA, 2019).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho tornou possível avaliar as características de influência das Organizações Internacionais frente à construção de políticas voltadas para atender aos seus interesses, também como estas organizações atuam e influenciam instituições e políticos a elaborarem políticas que vão de encontro aos seus objetivos, tornando realidade seus planejamentos estratégicos.

Diante das informações aqui apresentadas, a ONU através dos ODS tem grande importância para influenciar as correntes de pensamentos e ações que farão os atuais e futuros governos elaborarem políticas que contemplem a necessidade de planejamento sustentável, redução da desigualdade social, estrutural e financeira enraizada no Brasil desde os períodos coloniais. Os novos objetivos e metas representam uma grande inovação no campo das relações internacionais, pois esta nova agenda da ONU será acompanhada de forma inovadora por indicadores internacionais, nacionais e regionais, fazendo com que o acompanhamento e cumprimento destes objetivos e metas possam ser monitorados por todos de forma clara e transparente como também oportunamente servirá como um ótimo indicador para avaliar as diferentes políticas públicas ou mesmo a ausência delas criadas ou não pelos diferentes governos que perpassarão o período de vigência dos ODS bem como sua eficácia a fim de elaborarmos avaliações concretas se de fato estes objetivos e metas estão sendo buscados e cumpridos pelo Estado brasileiro e seus governantes.

Sabemos também que a desigualdade social gera exclusão social, supressão de potencialidades e restrições de liberdade tão severas que são percebidas por quem as sofre como uma falta grave de assistência que o Estado de direito deveria proporcionar. Um mínimo de conforto e bem-estar deveria ser levado a sério e proporcionado através do exercício pleno de direitos constitucionalmente garantidos, bem como as condições ideais para que aquele

indivíduo ou família saia daquela situação através de oportunidades não somente com políticas de transferência de renda, como também de supressão ao desemprego e investimento em desenvolvimento.

A falta de políticas voltadas aos mais necessitados acaba os privando de liberdades básicas e impactando diretamente em sua contribuição para a sociedade, pois como já exposto anteriormente, o indivíduo suprimido em suas liberdades, excluído socialmente sem um posto de trabalho acaba por não contribuir para o avanço da sociedade devido ao desperdício de potencialidades como também por gerar um sentimento de injustiça social em seu seio ao perceber que outros indivíduos melhor instruídos ou que tiveram melhores oportunidades na mesma sociedade em que vive carrega condições o suficiente para que milhares de pessoas pudessem viver com suas necessidades básicas atendidas, em outras palavras, é o que o fato da desigualdade social gera.

Vimos também que durante a gestão do governo Lula, houve um grande decréscimo da desigualdade medida no país inteiro, suas políticas de redistribuição de renda trouxeram um alívio imediato para aqueles que estavam abaixo da linha da pobreza vivendo com extrema dificuldade até mesmo para garantir sua própria necessidade nutricional diária. Através dos programas de transferência de renda direta e outras ações, o governo alcançou melhora nas condições de milhões de brasileiros, proporcionando uma grande mobilidade de patamar financeiro social como nunca antes vista na história do Brasil.

Através destas ações das antigas gestões do governo brasileiro foi possível alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), não só alcançamos como também nos tornamos nação destaque por termos alcançado o objetivo proposto muito antes de terminar o prazo final para que os objetivos e metas fossem alcançados. Entretanto ainda continuamos sendo classificados como uma das nações mais desiguais de todo o mundo, visto todo o progresso que conseguimos alcançar socialmente falando.

A aprovação da PEC 55 pelo governo no ano de 2016 já nos dá uma boa noção se estamos caminhando rumo ao cumprimento das metas, o que indica pelo conteúdo da proposta que provavelmente não serão cumpridas pelo Brasil uma série de objetivos e metas já apresentadas e discutidas por aqui até o ano de 2030. Os estudos aqui abordados indicam que para haver a interrupção do ciclo de pobreza e para que desenvolvimento sustentável floresça se fazem necessários investimentos governamentais em educação de qualidade e políticas equitativas que são fatores essenciais que atuam na interrupção deste ciclo. A PEC 55 limita os

gastos do governo em áreas como a saúde e educação pelo período de 20 anos sob a justificativa que o Estado precisa ajustar seus gastos através de políticas de austeridade.

Por fim, ainda há muito a ser explorado sobre os conteúdos trabalhados aqui, especialmente devido aos novos acontecimentos políticos do Brasil marcados pela violência política, polarização e debates intensos desde entre as mais diversas orientações políticas desde as eleições presidenciais. O ano de 2019 foi um ano marcado por alterações importantes e profundas na esfera de políticas de assistência e segurança social, estas alterações certamente impactarão nos atuais indicadores de concentração de renda e de pobreza aqui analisados, tornando este assunto muito mais relevante e de discussão obrigatória para que novas análises e debates possam ser feitos não só pela comunidade acadêmica como também por toda nossa sociedade civil. É imprescindível que novas pesquisas sejam realizadas para que possamos abastecer nossa sociedade com informações de qualidade a fim de compreendermos melhor a realidade que habitamos como também na luta por nossos direitos enquanto cidadãos brasileiros.

## REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D. Os 70 anos da ONU e a agenda global para o segundo quinquênio (2015-2030) do século XXI. **Revista Brasileira de estudos de população**, vol.32 no.3 São Paulo set./dez. 2015.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **Brasil real: a desigualdade para além dos indicadores**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 8.892, de 27 de outubro de 2016b. **Cria a Comissão Nacional para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/D8892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8892.htm)>. Acesso em 05 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. LEI Nº 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004. **Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm)>. Acesso em 08 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. LEI Nº 13.249, DE 13 DE JANEIRO DE 2016a. **Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/Lei/L13249.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Lei/L13249.htm)>. Acesso em 08 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. MRE. **Negociações da Agenda de Desenvolvimento pós-2015: Elementos orientadores da posição brasileira.** MRE, 2014. Disponível em: <[http://www.itamaraty.gov.br/images/ed\\_desenvsust/ODS-pos-bras.pdf](http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/ODS-pos-bras.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2019.

CASSIN, Márcia Pereira da Silva. **As políticas sociais nos governos do PT e a consolidação da hegemonia burguesa no Brasil.** Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 4., 2016. Belo Horizonte, MG. Minas, 2011. Disponível em <<https://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/51/514a6740-1dd0-41f4-816c-dab246355b89.pdf>> Acesso: 14 nov. 2019.

COSTA, Sérgio. Desigualdades, Interdependência E Políticas Sociais No Brasil. In: **Implementando desigualdades: Reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas.** Rio de Janeiro: IPEA, 2019. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190612\\_implementando\\_desigualdades.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190612_implementando_desigualdades.pdf)>. Acesso em: 28 de jan. 2020.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE. **Desigualdade na América Latina: um desafio estrutural para o desenvolvimento sustentável.** CEPAL, 2014. (Panorama Social da América Latina). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/images/20170620-panorama-social-2016-brasilia-ipea.pdf>>

\_\_\_\_\_. **Panorama social da América Latina 2016.** Santiago: CEPAL, 2017. Disponível em: <[https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/41738/1/S1700509\\_pt.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/41738/1/S1700509_pt.pdf)> Acesso em: 22 jan. 2020.

FERNANDES, António. Teixeira. **Desigualdades e representações sociais.** Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. v.10 2000. Disponível em: <<https://pentaho.letras.up.pt/ojs/index.php/Sociologia/article/view/2561/2347>>. Acesso em 08 nov. 2019

FERREIRA, Henrique Villa da Costa. **Relatório de atividades: Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - CNODS 2017-2018.** Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/ods/publicacoes/relatorio-cnods-2017-18>>. Acesso em: 04 de fev. 2020.

GEHRE, Thiago; SOUZA, Beatrice Neal de. Educação pelos ODS no Brasil: Cidadania Global e militarização do ensino. In: Revista Mundorama, Abr. 2019. Disponível em: <<https://mundorama.net/?p=25426>>. Acesso em: 04 fev. 2020.

HERNANDEZ, Matheus de Carvalho. **O alto comissário das Nações Unidas para os direitos humanos e seu escritório: criação e desenvolvimento institucional (1994-2014).** Universidade Federal de Campinas, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281106>>. Acesso em: 04 fev. 2020.

HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea Ribeiro. **Organizações Internacionais: história e práticas.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Rendimento de todas as fontes: 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101673\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101673_informativo.pdf)>. Acesso em: 17 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Somos todos iguais?. Retratos**, Rio de Janeiro, n. 11, mai. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IPEA. **A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda**. Comunicado do IPEA, nº 155, set. 2012. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120925\\_comunicadodoipea155\\_v5.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicadodoipea155_v5.pdf)>. Acesso em 11 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Caderno ODS: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Reduzir a Desigualdade Dentro dos Países e Entre Eles**. Brasília, 2019. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190524\\_cadernos\\_ODS\\_objetivo\\_10.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190524_cadernos_ODS_objetivo_10.pdf)>. Acesso em: 03 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento**. Brasília, mai. 2014. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/140523\\_relatorioodm.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/140523_relatorioodm.pdf)>. Acesso em: 03 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, 2018. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801\\_ods\\_metas\\_nac\\_dos\\_obj\\_de\\_desenv\\_susten\\_propos\\_de\\_adequa.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf)>. Acesso em: 03 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Renda - desigualdade - coeficiente de Gini**. 2016. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=37818&module=M>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. IPECE. **Entendendo o Índice de GINI. [entre 2007 e 2019]**. Disponível em: <<https://www.pucsp.br/ecopolitica/documentos/direitos/docs/entendendo-o-indice-gini.pdf>>

JUBILUT, Liliana Lyra; SILVA, João Carlos Jarochinski Silva; RANIMA, Larissa. **A ONU aos 70: contribuições, desafios e perspectivas**. Boa Vista: Editora da UFRR, p. 111-143. 2016. Disponível em: <<https://igarape.org.br/onu-aos-70-contribuic%CC%A7o%CC%83es-desafios-e-perspectivas/>>. Acesso em: 29 de jan. 2020.

LAGEMANN, Eugenio. **Tributação equitativa**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.22, n.1, p.288-306, 2001. Disponível em: <<https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1996/2377>> Acesso: 16 jan. 2020.



LEMGRUBER, A. In: BIDERMAN, C; AVARTE, P.(Coord.). **Economia do Setor Público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 206-230.

LIMA, João Antônio dos Santos. Onde estão os indicadores para acompanhar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?. **Ceiri News**, 2016. Disponível em: <<http://ceiri.news/onde-estao-os-indicadores-para-acompanhar-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>>. Acesso em: 03 de fev. 2020.

LOPES, Dawisson Belém; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. **ONU e segurança coletiva no século XXI: tensões entre autoridade política e exercício efetivo da coerção**. Rio De Janeiro, V. 31, N. 1, p. 9-48, Jan/Abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v31n1/01.pdf>>. Acesso em: 24 de jan. 2020.

MANFREDINI, Eduardo Benetti. Perseguições a minorias de gênero: O efeito bumerangue sobre a Federação Russa da Chechênia até 2017. **Revista de Análise Internacional**, Curitiba, edição especial n.1, p. 4-12, mar. 2018. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/nepri/files/2018/03/1.pdf>>. Acesso em: 29 de jan. 2020.

MARQUES, R. & MENDES, A. **Sobre a política de combate à pobreza no governo Lula**. Revista de Economia, v. 34, n. 3 (ano 32), p. 91-112, set./dez. 2008. Editora UFPR. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/9615/9317>>. Acesso em 14 nov. 2019.

MARTIN, Lisa; SIMMONS, Beth. **Theories and Empirical Studies of International Institutions**. **International Organization**. Cambridge University Press, v. 52, n. 4, p. 729-757, outono 1998.

MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de; CASTRO, Fábio Ávila de. A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares. **Ciência & Saúde Coletiva**, Brasília, v.20, n.4, p.971-986, abr.2015. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csc/2015.v20n4/971-986/pt>>. Acesso em: 28 de jan. 2020.

MENEZES, Henrique Zeferino de; MINILLO, Xaman Korai. Pesquisa e extensão como contribuição da universidade na implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) no Brasil. **Meridiano 47**, nº 18, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/5314/4832>>. Acesso em: 04 fev. 2020.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. OECD. **The OECD Tax Database**. Disponível em: <<https://www.oecd.org/tax/tax-policy/tax-database/>>. Acesso em 28 dez. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<http://www.agenda2030.org.br/sobre.html>>. Acesso em 15 out. 2019a.

\_\_\_\_\_. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods10/>>. Acesso em 05 out. 2019b.

\_\_\_\_\_. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. ONU, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>> Acesso em 05 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Banco Mundial: **Pobreza Extrema Está Diminuindo No Mundo, Mas A Ritmo Lento**. 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/banco-mundial-pobreza-extrema-esta-diminuindo-no-mundo-mas-a-ritmo-lento/>>. Acesso em 01 fev. 2020.

OXFAM. **Reward Work, Not Wealth**, Oxfam Internacional. Jan. 2018. Disponível em: <[https://www-cdn.oxfam.org/s3fs-public/file\\_attachments/bp-reward-work-not-wealth-220118-summ-en.pdf](https://www-cdn.oxfam.org/s3fs-public/file_attachments/bp-reward-work-not-wealth-220118-summ-en.pdf)> Acesso em 07 jan. 2020.

PARAHOS, Ranufo et al. Construindo Indicadores Sociais: Uma Revisão Da Bibliografia Especializada. **Perspectivas**, São Paulo, v. 44, p. 147-173, jul./dez. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/7406>>. Acesso em: 03 fev. 2020.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

REGO, Walquiria Domingues Leão; PINZANI, Alessandro. Liberdade, Dinheiro e Autonomia. **Revista de Ciências Sociais**, n. 38, p. 21-42, Abr de 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/15029/9376>> Acesso em: 23 de jan. 2020.

REZENDE, Fernando. **A Moderna tributação do consumo**. Brasília, DF: IPEA, 1993. (Texto para discussão, n. 303). Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2649/1/td\\_0303.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2649/1/td_0303.pdf)>. Acesso em: 29 de jan. 2020.

SANCHEZ, André Felipe de Carvalho. Tributação sobre o Capital no Brasil: Eficiência x Equidade. In: CONGRESSO DE CONTABILIDADE, 6., 2015, Santa Catarina. **Anais eletrônicos...** Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. Disponível em: <<http://portal.pucminas.br/documentos/citacoes-referencias.pdf>> Acesso em: 17 jan. 2020.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. ed. Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil**. 2007. 12 f. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão. São Luis MA. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/csc/2007.v12n6/1429-1439/pt>> Acesso em: 11 nov. 2019.

SINGER, André. Quatro notas sobre as classes sociais nos dez anos do lulismo. In: Fundação Perseu Abramo e Fundação Friedrich Ebert. **Classes? Que Classes?**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. Cap. 1, p. 21-38.

SOUEN, Jacqueline Aslan. **A Política do Salário Mínimo no Governo Lula** – Campinas, SP. Universidade Federal de Campinas. 2013. Disponível em: <[http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286108/1/Souen\\_JacquelineAslan\\_M.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/286108/1/Souen_JacquelineAslan_M.pdf)>

Acesso em: 29 de jan. 2020.

SOUZA, Jessé. A Gramática Social da Desigualdade Brasileira. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, São Paulo, v. 9, n. 54, p. 59-97, fev. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092004000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092004000100005)>

Acesso em: 21 jan. 2020.

SPOSATI, A. (1999). **Políticas sociais nos governos petistas**. Em I. Magalhães, L. Barreto & V. Trevas (Orgs.), Governo e cidadania: balanço e reflexões sobre o modo petista de governar. (p. 82-107). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

CAMPELLO, Tereza et al. **Faces da desigualdade no Brasil**: um olhar sobre os que ficam para trás. Rio De Janeiro, V. 42, N. Especial 3, p. 54-66, Nov. 2018. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/pdf/sdeb/2018.v42nspe3/54-66/pt>>. Acesso em: 23 de jan. 2020.

TOMAZINI, Carla Guerra; LEITE, Cristiane Kerches da Silva. Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: ascensão e queda de uma coalizão?. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, V. 24, N. 58, p. 13-30, Jun. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v24n58/0104-4478-rsocp-24-58-0013.pdf>>. Acesso em: 26 de fev. 2020.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. **O que é? - Índice de Gini**. Revista Desafios do Desenvolvimento Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Ano 1. Edição 4 - 1/11/2004. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2048:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23)>. Acesso em 11 out. 2019.